

# ADVOCACIA EM PORTUGAL: aspectos práticos e comparativos

Para além da dimensão histórica que aproxima Portugal do Brasil, o atual cenário de intensa mobilidade de pessoas e corporações tem levado ao estreitamento de laços no âmbito da advocacia lusófona.

O curso aborda tópicos de interesse dos advogados brasileiros que atuam ou tencionam atuar na jurisdição portuguesa, servindo como guia em meio à infinidade de diferenças práticas e teóricas que separam o direito brasileiro do direito luso.

Embora faça referência à *lex brasiliensis*, a amplitude da formação a torna proveitosa também para os luso-africanos que mantêm relações com Portugal.

A explanação trata de questões cotidianas da advocacia, sempre com suporte na legislação portuguesa e/ou europeia, com menções pontuais e necessárias ao direito brasileiro sempre que necessário ao propósito da análise comparativa.

**Modalidades:** Online e Presencial

**Carga horária:** 6 horas / 7 horas

**Orador:** Julian Henrique Dias  
Rodrigues, Advogado no Brasil e em Portugal

**Investimento:** R\$399 em até 12 parcelas pelo  
PagSeguro\*

**Informações:** [contacto@direitocomparado.pt](mailto:contacto@direitocomparado.pt)  
[www.direitocomparado.pt/cursos-online](http://www.direitocomparado.pt/cursos-online)

# programa

**6 semanas com 1 hora-aula cada e  
2 semanas de exercícios e revisão:  
2 meses de imersão.**

1. Fundamentos do regime de reciprocidade profissional

- 1.1. Precedentes históricos
- 1.2. Panorama atual

2. O atual cenário da advocacia em Portugal: leis, números, e perspectivas de mercado

2.1. "Oficiosos": o Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais - SADT

2.1.1. Base legal e generalidades

2.1.2. Candidaturas

2.1.3. Honorários ou "compensação"

2.1.4. Modalidades de apoio

2.1.5. Critérios

2.1.6. Processo penal

2.1.7. Apoio judiciário e o mercado

2.2. A liberdade de prestação de serviços e estabelecimento na União Europeia

2.3. O mercado segundo a legislação e a jurisprudência

2.4. Atos notariais

2.5. O papel dos advogados estagiários, solicitadores e agentes de execução

2.6. Magistratura e concursos públicos

2.7. Honorários: diferenças práticas e teóricas

3. Aspectos práticos do Estatuto da OA (Lei n.º 145/2015) e da Lei dos Actos Próprios dos Advogados e Solicitadores (Lei n.º 49/2004)

3.1. Deontologia profissional

3.2. Regulamentos da OA

3.3. Publicidade, marketing jurídico e processos disciplinares

4. Usos e costumes forenses: da toga aos cumprimentos

5. Visto e autorização de residência para advogados e familiares

5.1. Os artigos 60 e 89 da Lei n.º 23/2007

5.2. O Decreto-Regulamentar n.º 84/2007

5.2. Prerrogativas dos advogados e regularidade perante o SEF

5.3. Questões frequentes

6. Breve jornada por pontos da Constituição e dos principais diplomas portugueses

6.1. Constituição da República

6.2. Código Penal e de Processo Penal

6.3. Código Civil

6.4. Código do Trabalho e de Processo do Trabalho

6.5. Leis seleccionadas

7. Organização judiciária portuguesa

7.1. Tribunais supranacionais

7.2. Jurisdição administrativa

7.3. Jurisdição comum

7.4. Primeira, segunda e terceira instâncias

7.5. Julgados de Paz, Tribunais Arbitrais e os alternative dispute resolution (mecanismos de resolução alternativa de litígios)

8. Processo eletrónico e sistema CITIUS

9. Introdução ao processo civil: generalidades e tópicos sugeridos.

Temas de Advocacia em Portugal:

O art. 70, n.º 3, do EOA estabelece uma restrição ao uso do título de especialista, assunto melhor disciplinado pelo Regulamento Geral das Especialidades

# Aulas em ambiente online

## faq

**Há material de apoio?** Sim, apostila com anotação de aulas e exercícios de fixação.

**Há certificado?** Sim, em suporte digital e na modalidade curso livre, com 7 horas.

**Como sanar dúvidas?** Por texto, áudio ou vídeo (aplicativos), ou através do e-mail [contacto@direitocomparado.pt](mailto:contacto@direitocomparado.pt).

**As datas e horários na modalidade online são flexíveis?** Sim, não há qualquer restrição de horários.

**Como efetuar o pagamento?** A plataforma admite pagamentos por boleto bancário e cartões de crédito via PagSeguro em até 12 parcelas (operação realizada no Brasil). Em caso de indisponibilidade, poderá ser efetuada uma transferência bancária.

**Após concluir o pagamento, como terei acesso às aulas?** O cadastro via plataforma EAD conduz à área do aluno, onde terá acesso aos vídeos e ao material complementar.

**O curso é indicado apenas para brasileiros?** Embora se adote a variante brasileira da língua portuguesa e o direito brasileiro como parâmetro comparativo, a matéria aproveita a todo o espaço lusófono, nomeadamente aos juristas luso-africanos.

**Ainda tem dúvidas?**

[contacto@direitocomparado.pt](mailto:contacto@direitocomparado.pt)



Julian Henrique Dias Rodrigues é advogado em Portugal e no Brasil, formado pela Faculdade de Direito de Curitiba. Mestrando em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa. Fundador do Portal Direito Comparado